



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo: nº. 0190905-9/01

Agravante: UNIBANCO S/A- UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

Agravado: José Graciano Mota

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - PLANOS BRESSER E VERÃO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - APLICABILIDADE DO CDC- POSSIBILIDADE - DETERMINAÇÃO DE EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS - DEVER DE APRESENTAR - COBRANÇA DE JUROS REMUNERATÓRIOS- POSSIBILIDADE- LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM" DO BANCO CAPTADOR DA POUPANÇA - AGRAVO DESPROVIDO À UNANIMIDADE.

1. Aplicabilidade da inversão do ônus da prova em relação ao banco agravante, tendo em vista a hipossuficiência do agravado
2. O prazo prescricional em tal situação é de vinte anos. Desta forma entende-se que também seria este o prazo para que o banco/agravante guardasse em seus registros a documentação bancária dos seus clientes.
3. As normas do Código Civil de 1916 não se confundem com as normas do Código de Defesa do Consumidor as quais aplicam-se ao caso em tela.
4. Os juros remuneratórios agregam-se ao principal perdendo a natureza de acessórios, sendo correta, portanto, a cobrança destes.
5. As alterações na política econômica, decorrentes de planos econômicos editados pelo Governo, não afastam a legitimidade "ad causam" das partes envolvidas em contratos de direito privado, inclusive as instituições financeiras.
6. As novas determinações legais impostas pela resolução nº 1.338/87 - BACEN e pelo artigo 17, inciso I, da Lei nº 7.730/89, referentes aos planos Bresser e Verão, respectivamente, não poderiam figurar como parâmetro de remuneração das cadernetas de poupança para o período anterior às suas emissões

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo nº 0190905-9/01, em que figuram como agravante o **UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A** e como agravado **JOSÉ GRACIANO MOTA**, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª. Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife

15/10/05
Eduardo Sertório

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator

**PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

3ª CÂMARA CÍVEL**Recurso de Agravo: nº. 190905-9/01**

Agravante: UNIBANCO S/A- UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

Agravado: José Graciano Mota

Relator: Des. Eduardo Sertório**RELATÓRIO**

Cuido de Agravo Legal (fls. 02/09 dos autos do agravo legal) interposto por UNIBANCO S/A- UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A, contra decisão terminativa (fls. 132/135 dos autos da apelação cível) prolatada nos autos da apelação cível apensada, que negou seguimento ao recurso, mantendo a determinação do Juízo Monocrático com relação ao pagamento de quantias não depositadas nas contas-poupança de titularidade de JOSÉ GRACIANO MOTA, ora agravado.

Segundo o Banco ora agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois o recurso deveria ter sido apreciado pela Câmara e não monocraticamente vez que não houve fundamentação consistente acerca do julgamento com base na jurisprudência dominante do STJ. Pontua, ademais, haver possibilidade de o Banco ser obrigado a pagar indenização de maneira injusta e indevida se houver a manutenção da decisão agravada.

Alega, em suma, os seguintes pontos: **a)** a impossibilidade de inversão automática do ônus da prova; **b)** a não aplicação das regras do CDC para o caso em tela; **c)** a inexistência de direito adquirido para os poupadores; **d)** sua ilegitimidade passiva para atuar no feito, remetendo tal responsabilidade para o Banco Banorte; **e)** a impossibilidade de aplicação de juros remuneratórios.

Por fim, requer o provimento do presente recurso para ser conduzido à Câmara, a fim de dar-lhe seguimento e, igualmente, provimento à apelação à qual está atrelado.

Apresento o recurso de agravo para julgamento pelo colegiado, uma vez não exercido o juízo de retratação (CPC, art. 557, § 1º).

É o Relatório.

Recife, 15/10/05

Ed. Sertório
EDUARDO SERTÓRIO

Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo: nº. 190905-9/01.

Agravante: UNIBANCO S/A- UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

Agravado: José Graciano Mota

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

Com o presente recurso o Banco visa afastar a condenação imposta pelo magistrado *a quo* e confirmada pela decisão monocrática agravada, a fim de não ser responsabilizado pela apresentação dos extratos de caderneta de poupança de titularidade de José Graciano Mota.

a) e b) Quanto à inaplicabilidade do CDC e a impossibilidade de inversão do ônus da prova

Inicialmente alega o Banco não ser aplicável o CDC para regular o caso em tela. seguindo esse mesmo raciocínio, alega ser injusta a inversão do ônus da prova

Reservo-me no entanto de tecer longos comentários sobre a matéria por já tê-la apreciado, de forma exaustiva, na decisão monocrática anteriormente prolatada. Vejamos:

Quanto à alegação do apelante no sentido de ser injusta a inversão do ônus da prova, oportuno analisar como vem sendo o posicionamento do STJ a respeito da matéria em apreço:

Agravo regimental. Recurso especial. Contrato bancário. Código de Defesa do Consumidor. Incidência. Inversão do ônus da prova.

Os serviços prestados pelos bancos a seus clientes estão garantidos pela lei de defesa do consumidor, em especial as cadernetas de poupança (...)

(AgRg no REsp 671866/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/02/2005, DJ 09/05/2005 p. 402)

Na mesma linha, o entendimento do Tribunal de Justiça de Pernambuco:

DIREITO DO CONSUMIDOR - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - EXIBIÇÃO DE EXTRATOS DE CONTA-POUPANÇA - OBRIGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - INTELIGÊNCIA DO ART. 6º, INCISO VIII, DO CDC - OS EXTRATOS BANCÁRIOS DE CONTA-POUPANÇA, CONSTITUEM-SE EM DOCUMENTOS COMUNS ÀS PARTES, SENDO, PORTANTO, CABÍVEL A PRETENSÃO PARA QUE O BANCO EXIBA OS EXTRATOS BANCÁRIOS RELATIVOS AO PERÍODO DO PLANO BRESSER, POIS CUIDAM INEQUIVOCAMENTE DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS AO JULGAMENTO DA DEMANDA, NÃO PODENDO A PARTE AUTORA, ORA AGRAVADA, SER INIBIDA DE BUSCAR EVENTUAL REPARAÇÃO QUE ENTENDE DE DIREITO POR ATITUDE DE MANIFESTA RECALCITRÂNCIA DO BANCO, PARA NÃO DIZER TENTATIVA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - À UNANIMIDADE DE VOTOS.

2

NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (Agravado de Instrumento nº 163364-1, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça de PE, Relator: Sílvio Beltrão, Julgado em 31/7/2008)

Assim, embora o inciso I do artigo 333 do CPC impute ao autor da demanda o ônus da prova do fato constitutivo do seu direito, incide no caso em tela o disposto no inciso VIII do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor¹ no sentido de se inverter o ônus da prova.

Com efeito, a relação estabelecida entre o banco apelante e os apelados configura-se relação de consumo em que é evidente a hipossuficiência dos últimos. É evidente, portanto, a aplicação da inversão do ônus da prova no caso em análise.

E não se venha falar na incompatibilidade da aplicação simultânea do Código Civil de 1916 e das normas consumeristas no caso vertente.

Embora seja o caso de inverter o ônus da prova a favor do consumidor, a prescrição é regulamentada pelos ditames do Código Civil, pois mais benéfica ao consumidor. Afinal, não é possível aplicar o CDC para prejudicar o consumidor e reduzir seu prazo prescricional, sob pena de invalidar o caráter protetor da legislação especial. Essa inclusive é a orientação de Cláudia Lima Marques², como se denota da transcrição abaixo.

Neste sentido, cabe destacar a linha jurisprudencial que valoriza o vocábulo "direitos" do artigo 7º do CDC e só aplica o próprio sistema de "direitos" do CDC (no caso, equiparação da vítima do art. 17 e prescrição do art. 26 do CDC), se for mais favorável ao consumidor.

(omissis)

Destarte, os direitos subjetivos do consumidor devem ser assegurados de forma mais ampla possível, subsidiados pelas normas civis, comerciais, administrativas, penais e processuais, que não conflitem com o sistema do CDC. **Se mais favorável ao consumidor, e na proteção de relações de consumo de alto valor e/ou de grande durabilidade, bem como naquelas em que houver dúvida na aplicabilidade das normas de prescrição do CDC, deve ser aplicada a norma geral de prescrição contida no art. 177 do Código Civil.**

Acerca de tal matéria, inclusive, já se pronunciou o TJPE conforme se denota do seguinte julgado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE ACÓRDÃO EM RECURSO DE AGRAVO INTERNO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO. INAPLICABILIDADE DO ART. 333, I, DO CPC. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. NÃO EXAURIMENTO ACERCA DA LEI 4.594/64 E RESOLUÇÃO BACEN. NÃO OCORRÊNCIA. APLICABILIDADE DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. ADMISSIBILIDADE. APLICABILIDADE DO CDC. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO ART. 5º, XXXVI, DA CF. INOCORRÊNCIA. 1. Se a questão da inversão do ônus da prova foi exaurida no julgamento, não há cogitar em omissão. 2. Uma vez que o acórdão estabeleceu de forma expressa a obrigatoriedade dos Bancos terem em seus arquivos prova documental a cerca das contas de clientes, não estou caracterizada a alegação de omissão. 3. Não há confundir as normas do Código Civil de 1916 com as regras do CDC, que, aliás, aplicam-se ao caso concreto. 4. Ao aplicar as normas do CDC, quanto a inversão da prova, e ao mesmo tempo considerar as regras do CC de 1916, não há que se falar em afronta ao princípio insculpido no art. 5º, XXXVI, da CF. Embargos de Declaração Conhecidos e Improvidos. (Embargos de declaração nº 163853-

¹ Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:

(omissis)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

² Marques, Cláudia Lima. Contratos do Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. 4. ed. São Paulo: RT, 2002, p. 540 e 541.

6 - RA nº 0190905-9/01

3/02 Des rel. Francisco Manoel Tenório dos Santos, 4ª Câmara Cível, julgado em 04/12/2008).

Portanto, o fato de coexistirem a regra da prescrição vintenária com a proteção dada ao mais fraco pelo CDC, através da inversão do ônus da prova, não gera nenhuma afronta a princípios constitucionais.

Conforme se vê, é evidente a possibilidade de aplicação das regras do CDC para o caso em tela, bem como a possibilidade de inversão do ônus probatório.

c) Quanto à inexistência de direito adquirido

Prosseguindo com as argumentações afirma o Banco não haver direito adquirido pelos poupadores, mas apenas expectativa de direito. Nesse ponto, afirma ainda ter agido de acordo com as determinações legais vigentes à época de implementação dos Planos econômicos em questão.

Nesse ponto, oportuno reiterar o que foi dito na decisão agravada:

Nesse particular, o apelante defende a legitimidade dos Planos Bresser e Verão e afirma ter agido em estrita obediência ao sistema legal. Dessa forma, pretende eximir-se da responsabilidade pelo pagamento dos expurgos inflacionários, pois teria apenas cumprido determinações de órgãos superiores.

Evidentemente a União legisla, mas a responsabilidade para responder nas ações de cobrança de expurgos inflacionários é das instituições financeiras, pois detiveram os depósitos bancários e movimentaram os recursos da poupança.

A propósito, friso, o STJ já decidiu reiteradas vezes que as alterações na política econômica, decorrentes de planos econômicos editados pelo Governo, não afastam a legitimidade "ad causam" das partes envolvidas em contratos de direito privado

Mais adiante, o apelante afirma não haver direito adquirido dos poupadores quanto aos índices de expurgos inflacionários pleiteados. Para o apelante, se a lei dos Planos Econômicos deixou de permitir a correção monetária com base no IPC e estabeleceu outro critério de adequação monetária, esse era o critério a ser aplicado.

Com efeito, o Governo Federal editou planos econômicos com o objetivo de estabilizar a economia. Entre as medidas impostas, destaco a alteração de índices de correção monetária para as cadernetas de poupança em junho de 1987 e janeiro de 1989, através da resolução BACEN. nº 1.338 e da Medida Provisória n. 32, de 15.01.1989 (posteriormente convertida na lei 7.730/89). BACEN.

A referida resolução, bem como a Lei 7.730/89, no entanto, não poderiam ser aplicadas retroativamente, mas só a partir da data de sua publicação em diário. A respeito do tema, aliás, já há entendimento pacífico do STJ:

AGRAVO REGIMENTAL. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. "PLANO BRESSER".

A modificação havida no critério de atualização, introduzida pela Resolução nº 1.338/87, do Bacen, não é suscetível de atingir situação pretérita, protegida pela legislação vigente à época do depósito, em respeito ao princípio da irretroatividade. Embargos de declaração conhecidos como agravo regimental e desprovido. (EDcl no REsp 148.353/SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2003, DJ 15/09/2003 p. 320).

E ainda,

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. REAJUSTE. CADERNETA DE POUPANÇA. IPC'S DE 42,728% (JANEIRO/1989) E 84,32% (MARÇO/1990). LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". DIREITO ADQUIRIDO ÀS CONTAS COM DATA BASE (DIA DE "ANIVERSÁRIO") ANTERIOR AO DIA 15 DE JANEIRO DE 1989. ILEGITIMIDADE PARA OS CRUZADOS NOVOS RETIDOS PELO BACEN. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 168/90 E LEI Nº 8.024/90.
(...)

4. Ao entrar em vigor a Lei nº 7.730/89, no dia 15, alterando a sistemática do cálculo da correção monetária para as cadernetas de poupança, somente a partir deste dia é que começou a vigor o marco inicial à pré-falada alteração.

5. Direito adquirido perfeito e concretizado, pelo que não há que se falar em retroatividade da lei nova, com aplicação do índice de 42,72%, referente à diferença entre 70,28% e 28,79%, apurado a título de IPC, no mês de janeiro/89, às cadernetas de poupança com data base (dia de "aniversário") anterior ao dia 15/01/89.
(...)

7. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 412.904/RJ, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/12/2001, DJ 04/03/2002 p. 226)

Sendo assim, totalmente descabida a referida alegação do apelante, pois já iniciado o período mensal aquisitivo da caderneta de poupança, o poupador adquiriu o direito de remunerar o seu depósito pelos critérios de atualização monetária estabelecidos no momento da abertura ou renovação da conta.

Com efeito, não merece prosperar a alegação do Banco, pois conforme entendimento sedimentado do próprio STJ, as novas regras relativas aos rendimentos de poupança, não atingem situações pretéritas, razão pela qual não há que se falar em afronta aos princípios constitucionais da legalidade e da irretroatividade das leis como quer fazer crer o Banco.

Sendo assim, as novas determinações legais impostas pela resolução nº 1.338/87 - BACEN e pelo artigo 17, inciso I, da Lei nº 7.730/89, referentes aos planos Bresser e Verão, respectivamente, não poderiam figurar como parâmetro de remuneração das cadernetas de poupança para o período anterior às suas emissões.

d) Quanto à ilegitimidade passiva

Nesse particular o Banco alega sua ilegitimidade para atuar no polo passivo da presente demanda por não ter sucedido o Banco Banorte. Reconhece, apenas, ter realizado a incorporação do Banco Bandeirantes S/A o qual, por sua vez, teria incorporado apenas uma parte das operações do Banco Banorte.

A bem da verdade tal questão já foi igualmente apreciada pela decisão monocrática, conforme se denota do trecho abaixo transcrito:

Ora, sabe-se que o Banco Bandeirantes sucedeu o Banorte, sendo posteriormente sucedido pelo Unibanco. Dessa forma, para eximir-se da responsabilidade frente aos apelados seria necessário demonstrar que os créditos da caderneta de poupança deles não foram transferidos para o Banco Bandeirantes e, conseqüentemente, para o Unibanco.

Até o presente momento, todavia, o Unibanco não colacionou nenhum documento comprovando não ter sucedido o Banco Banorte.

Mediante o exposto, resta claro, ser o Unibanco parte legítima para figurar no polo passivo da presente demanda, pois se é responsável pela administração do ativo e do passivo do Banco Bandeirantes, é ele responsável pela exibição dos extratos de conta poupança e por eventual restituição das diferenças entre os percentuais aplicados e os realmente devidos quando dos planos econômicos.

A questão relativa à sucessão de bancos, inclusive, já foi enfrentada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, posicionando-se no seguinte sentido:

EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA - SUCESSÃO DE EMPRESAS. BANCO BANORTE INCORPORADO PELO BANCO BANDEIRANTES. LEGITIMIDADE DO UNIBANCO. UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A. CONFIGURADA. SENTENÇA CASSADA. - Tendo o Unibanco assumido parte do ativo e passivo do Banco Bandeirantes e, este sido incorporado pelo Unibanco, o Banco sucessor responderá pelos expurgos inflacionários devidos a carteira de clientes dos bancos incorporados. APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0145.07.403236-1/001 - COMARCA DE JUIZ DE FORA - APELANTE(S): JOSE BRAZ GRAVINA - APELADO(A)(S): UNIBANCO UNIAO BANCOS BRAS S/A - RELATOR: EXMO. SR. DE: NICOLAU MASSELLI.

A propósito, bastante esclarecedor trecho do voto referente à ementa acima transcrita:

Destarte, é de conhecimento público que o Banorte e o banco Bandeirantes firmaram Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ativos e Assunção de Passivos e Outras Avenças; além da relação entre o Banco Bandeirantes e o Unibanco ser pública e gozar de notoriedade, conforme registro no Banco Central do Brasil.

Neste diapasão, tenho que restou indubitável que o Banco Banorte passou a ser controlado pelo Banco Bandeirantes que, por sua vez, foi incorporado pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A, inclusive com aumento do capital social e do seu patrimônio, conforme dito anteriormente, de acordo com o Aditamento ao Protocolo de Justificação de Cisão Total do Banco Bandeirantes de Investimentos S/A com incorporação pelo Unibanco Holdings S/A e pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A em verdadeira cisão e incorporação de instituições.

Portanto, mesmo que certo que a solidariedade não se presume, ela resulta da lei ou da vontade das partes, conforme previa o art. 265 do Código Civil vigente.

Assim, com a incorporação do Banco Bandeirantes S/A, o qual adquiriu o controle do BANCO BANORTE S/A, o UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A, na qualidade de empresa incorporadora, deverá responder solidariamente pelas obrigações da empresa extinta, de acordo com o art. 233, da Lei 6.404/76, primeira parte e art. 227 do mesmo dispositivo.

Por todo o exposto, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva.

Para eximir-se da responsabilidade frente ao ora agravado, o Banco deveria ter comprovado que não sucedeu o Banco Banorte. Desse ônus, entretanto, não se desincumbiu, sendo, assim, descabida a alegação de ilegitimidade passiva.

e) Quanto à impossibilidade de aplicação simultânea de juros contratuais e juros de mora.

O Banco questiona, ademais, a incidência de juros remuneratórios. Nesse sentido, destaca não caberem os referidos juros para contas-poupança cujos saldos já foram sacados. Afirma, ainda, terem tais juros caráter acessório não se confundindo com o principal

Desarrazoada me parece a alusão, pois tal questão já foi exaurida na decisão agravada:

O Banco insurge-se, ainda, contra a forma de atualização monetária pleiteada pelos apelados e concedida pelo juiz *a quo*. Isso porque considera uma afronta ao direito a aplicação simultânea dos juros contratuais e dos juros moratórios.

Nesse toar, requer, ainda, seja reconhecida a prescrição dos juros, tomando por base o prazo de três anos previsto no art. 206 do CPC.

Tais alegações não merecem prosperar.

Quanto à cobrança dos juros remuneratórios, os tribunais superiores já firmaram entendimento de que referidos juros agregam-se ao capital, não tendo a natureza de acessório. Em consequência disso, também com relação a eles, o prazo prescricional é vintenário.

Nesse sentido, oportuno transcrever ementa proferida pelo ministro Fernando Gonçalves sobre o tema.

CIVIL. CONTRATO. POUPANÇA. PLANO BRESSER E PLANO VERÃO. PRESCRIÇÃO. VINTENÁRIA.

1. Os juros remuneratórios de conta de poupança, incidentes mensalmente e capitalizados, agregam-se ao capital, assim como a correção monetária, perdendo, pois, a natureza de acessórios, fazendo concluir, em consequência, que a prescrição não é a de cinco anos, prevista no art. 178, § 10, III, do Código Civil de 1916, mas a vintenária. Precedentes.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 634.850/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2005, DJ 26/09/2005 p. 384)

Com efeito, por agregarem-se ao capital os juros não podem deste se dissociar, sendo correta, portanto, sua cobrança.

Quanto aos juros de mora, o tratamento é diferente. O Banco só está em mora a partir do momento em que teve ciência da existência do litígio, ou seja, a partir da citação.

Aliás, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento acerca do termo inicial para a contagem dos juros de mora, como se denota dos julgados a seguir.

DIREITOS ECONOMICO E PROCESSUAL. CADERNETA DE POUPANÇA. "PLANO VERÃO" (JANEIRO/1989). MODIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE REAJUSTE. IMPOSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE "AD CAUSAM" PASSIVA DO BANCO CAPTADOR DA POUPANÇA. "PLANO COLLOR" (MARÇO/1990). ILEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM" DO BANCO COM O QUAL FOI FIRMADA A AVENÇA PARA RESPONDER PELA REMUNERAÇÃO DOS CRUZADOS NOVOS BLOQUEADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO PARCIALMENTE ACOLHIDO. (....)

IV - TRATANDO-SE DE ILÍCITO CONTRATUAL, TEM-SE COMO TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA A DATA DO EFETIVO PREJUÍZO, CASO EM QUE O BANCO DEPOSITÁRIO DEVERA RESPONDER PELA CORREÇÃO A PARTIR DA DATA EM QUE DEVERIA TER REALIZADO O DEPOSITO DOS VALORES PLEITEADOS.

V - QUANTO AOS JUROS, DEVE PREVALECER COMO TERMO INICIAL A DATA DA CITAÇÃO.

VI - A PRESCRIÇÃO A QUE SE SUJEITA O POUPADOR NA AÇÃO EM QUE PLEITEIA O CRÉDITO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM SUAS CONTAS DE POUPANÇA E A VINTENÁRIA.

VII - NÃO TENDO O TRIBUNAL DE ORIGEM ENFRENTADO A MATÉRIA DISCUTIDA NO ESPECIAL, IMPOSSÍVEL A SUA ANÁLISE, POR FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.

(REsp 147.044/SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/10/1997, DJ 24/11/1997 p. 61242)

E ainda:

PROCESSO CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL.

Nos casos em que se busca a correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, relativos aos chamados Planos Collor e Verão, os juros de mora incidem a partir da citação.

Recurso especial provido.

(REsp 766.643/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/06/2006, DJ 18/09/2006 p. 317)

É evidente, portanto, a possibilidade de cobrança simultânea de juros contratuais e de juros de mora, não havendo que se falar em modificação da forma de atualização monetária instituída pelo juiz de primeira instância.

Ora, se é pacífica a jurisprudência ao entender que os juros remuneratórios agregam-se ao principal, a cobrança destes resta inquestionável.

O Banco afirma, ainda, haver afronta na decisão atacada a princípios constitucionais, como ao princípio da legalidade e ao da irretroatividade das leis. Alega também, haver desrespeito a vários dispositivos constitucionais: art. 8º, incisos XII, alíneas "c" e "j", art. 160, 155 e seu §3º, todos da Constituição Federal de 1969; art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, art. 22, VII E XIX, da Constituição Federal de 1988, art. 3º, incisos I e II, art. 170 e 174 do mesmo diploma legal.

Primeiramente não há que se falar em afronta aos artigos da Constituição Federal de 1969, pois tal diploma já foi revogado, devendo a relação jurídica em tela ser apreciada de acordo com a Constituição Federal de 1988.

O art. 3º, I e II e o art. 22, VI, VII da CF/88, tratam, respectivamente, dos objetivos fundamentais da república federativa do Brasil e das competências da União para, dentre outras coisas, legislar sobre sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais, sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular. Os artigos 170 e 174 do citado diploma legal, por seu turno, tratam, em síntese, das diretrizes da Ordem Econômica e Financeira Nacional e do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica.

Conforme já ressaltado na decisão monocrática, é evidente a competência que a União detém para legislar sobre as mencionadas matérias, mas a responsabilidade para responder nas ações de cobrança de expurgos inflacionários, frise-se, é das instituições

financeiras, pois detiveram os depósitos bancários e movimentaram os recursos da poupança.

De fato, tanto a União quanto o Congresso Nacional instituíram planos econômicos no exercício de sua competência em obediência às diretrizes constitucionais, mas isso não está em discussão nesta lide. Resta claro, portanto, que a decisão recorrida em nada afrontou esses dispositivos.

Quanto ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, oportuno transcrevê-lo na íntegra:

"A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada".

Ora, conforme demonstrado, o poupador tem direito adquirido à diferença no cálculo da correção monetária dos saldos havidos em caderneta de poupança no período anterior a 16 de junho de 1987, no que diz respeito ao Plano Bresser e no período anterior a 16 de janeiro, referente ao Plano Verão. As leis editadas em momento posterior, portanto, não teriam o condão de extinguir aquele direito.

Tal matéria, além de encontrar respaldo na jurisprudência do STJ, já se encontra sumulada pelo TJPE:

Súmula 55: O percentual de correção monetária dos depósitos em caderneta de poupança com vencimento até o dia 15 de junho de 1987 (Plano Bresser) é o do IPC de 26,06% e, na primeira quinzena do mês de janeiro de 1989 (Plano Verão), é o do IPC de 42,72%.

Destarte, não há que se falar em afronta ao citado artigo da LICC e, conseqüentemente, aos princípios da legalidade e da irretroatividade.

Aduz, ainda, o Banco, ter o relator proferido decisão monocrática, enquanto que o correto seria levar o recurso para julgamento colegiado, haja vista não ter sido demonstrada a contrariedade da apelação à jurisprudência do STJ.

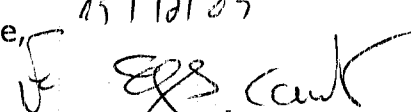
Mais uma vez, não merece prosperar o inconformismo do Banco, ora agravante.

Ora, mediante simples leitura da decisão agravada, percebe-se que todos os pontos alegados foram rebatidos com base em ampla jurisprudência daquela Corte Superior, inclusive com a transcrição de diversas decisões.

Ante o exposto, conheço do recurso e **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão monocrática pelos seus próprios termos.

Por oportuno, encaminhe-se à DJUCI para fazer constar o nome da advogada, Dra. Tânia Vainsencher, inscrita na OAB/PE 20.124, nas próximas publicações, conforme requerido à fl. 09 dos autos do recurso de agravo.

É o voto.

Recife, 15/12/09

EDUARDO SERTÓRIO
 Desembargador Relator